

Direito do Trabalho

Professor: Alice Leporaci

Extinção do Contrato de Trabalho. Art. 507-A da CLT. Parte 1.

Falaremos de uma disposição nova que está no art. 507-A da CLT.

O art. 507-A da CLT trouxe uma nova forma de dirimir os conflitos oriundos do contrato de trabalho fora da Justiça do Trabalho.

Em havendo a **extinção do contrato de trabalho**, o empregado recebe ou não as verbas da rescisão e qualquer litígio teria que ir a Justiça do Trabalho. Com o advento da Reforma Trabalhista, alguns empregados estão autorizados a ir a outros órgãos para resolver possíveis conflitos derivados do contrato de trabalho o disposto no art. 507-A da CLT, é o que está disposto no art. 507-A da CLT.

Art. 507-A.

Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

O art. 507-A da CLT traz a possibilidade de alguns trabalhadores recorrem à arbitragem para solução dos conflitos individuais. A possibilidade de recorrer a arbitragem para solução dos conflitos coletivos sempre existiu, conforme se observa na leitura do §2º do art. 114 da CRFB/88.

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

Temos a possibilidade em **sede coletiva**, quando as partes não conseguem chegar a um denominador comum, elas poderiam coletivamente recorrer à arbitragem para resolver qualquer problema oriundo daquele conflito coletivo.

Na lei de greve, em seu artigo 3º, temos que “Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho”.

Pela CRFB/88, pela lei de greve já era possível recorrer à arbitragem, em termos coletivos. Em termos individuais não havia essa possibilidade, mas com a disposição no art. 507-A da CLT, agora é possível.

Requisitos para eleger a arbitragem como forma de solução dos conflitos:

- ✓ A remuneração do empregado deve corresponder a mais do que o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Não se aplica para todos os empregados, mas apenas para aqueles cuja remuneração seja correspondente a mais do que o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS. Esses empregados são tidos como empregados hipersuficientes. Para eles, poderia escolher uma via alternativa de solução do conflito.

- ✓ Esses empregados poderiam pactuar a chamada **cláusula compromissória de arbitragem**.

Isso seria válido, desde que fosse pactuada por iniciativa do empregado ou mediante sua concordância expressa, não poderia derivar de imposição do empregador, a inclusão da cláusula compromissória de arbitragem no contrato de trabalho ou em termo aditivo do contrato de trabalho.

Para Vólia Bomfim:

Apesar de afirmar que os contratos de trabalho são de livre pactuação, na prática a maior parte dos contratos de trabalho são contratos de adesão. Então, para demonstrar que fique claro que de fato o empregado concordou com a inclusão dessa cláusula compromissória de arbitragem, ou seja, que não houve vício, coação, erro ou dolo, segundo Vólia Bomfim, ao lado dessa previsão de adesão a cláusula compromissória de arbitragem houvesse uma rubrica especial do trabalhador ou que isso fosse feito em um contrato aditivo.

E para isso, a Vólia Bomfim usa analogicamente o §2º, do art. 4 da Lei de Arbitragem.

Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

§ 2º Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.

